

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Informações trimestrais individuais e
consolidadas em
31 de março de 2020**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações dos valores adicionados	19
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	20



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	187.438	73.656	247.962	124.910
Contas a receber de terceiros	4	67.901	68.005	117.544	116.803
Contas a receber de partes relacionadas	16.c	2.925	1.451	-	-
Estoques	5	25.485	22.006	38.885	36.337
IRPJ e CSLL a recuperar	6	501	2.376	7.449	7.367
Tributos a recuperar	6	2.972	3.205	6.396	6.643
Adiantamento a fornecedores		1.599	797	4.297	3.670
Outros ativos		3.775	4.173	4.620	6.051
Ativos mantidos para venda	7	4.224	4.224	4.224	4.224
		<u>296.820</u>	<u>179.893</u>	<u>431.377</u>	<u>306.005</u>
Não circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	18	235.879	233.619	311.925	309.429
Depósitos judiciais	19.a	12.126	12.182	12.408	12.463
Outros ativos		26	38	1.284	81
		<u>248.031</u>	<u>245.839</u>	<u>325.617</u>	<u>321.973</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	50.579	50.579	50.579	50.579
Investimentos	9	395.284	406.529	-	-
Imobilizado	10	383.900	397.791	537.918	576.575
Intangível	11	32.253	32.181	120.792	120.763
		<u>862.016</u>	<u>887.080</u>	<u>709.289</u>	<u>747.917</u>
Total do ativo		<u>1.406.867</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.466.283</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	No ta	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar a terceiros	12	16.125	16.389	26.511	26.670
Contas a pagar a partes relacionadas	16.c	4.108	2.893	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	1.668	1.940	6.941	6.543
Debêntures	14	63.870	56.367	85.505	77.417
Arrendamentos a pagar	15	11.750	12.053	13.600	15.171
Salários e encargos sociais		12.973	21.244	18.731	27.908
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.442	1.434	1.442	1.434
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	2.919	278
Tributos a pagar	20	2.637	7.290	4.011	9.199
Provisão para participação nos resultados	17	7.621	5.986	11.131	8.840
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3	3	3
Outros passivos		218	263	775	849
		<u>122.415</u>	<u>125.862</u>	<u>171.570</u>	<u>174.232</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	189	605	2.362	3.671
Debêntures	14	92.823	-	92.823	3.926
Arrendamento a pagar	15	39.569	41.123	41.930	43.484
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	18.621	19.569	23.420	23.648
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		4.789	5.122	4.789	5.122
Tributos a pagar	20	10.223	-	10.552	641
Provisão para benefícios pós-emprego	17	12.908	12.646	12.908	12.646
Outros passivos		433	512	1.032	1.152
		<u>179.555</u>	<u>79.577</u>	<u>189.816</u>	<u>94.290</u>
Total do passivo		<u>301.970</u>	<u>205.439</u>	<u>361.386</u>	<u>268.522</u>
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	21	1.089.379	1.089.379	1.089.379	1.089.379
Reservas de capital	21	35.913	37.909	35.913	37.909
Reservas de lucros	21	10.295	10.295	10.295	10.295
Ações em tesouraria	21	(15.056)	(20.287)	(15.056)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	21	(9.923)	(9.923)	(9.923)	(9.923)
Prejuízos acumulados	21	(5.711)	-	(5.711)	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.104.897</u>	<u>1.107.373</u>	<u>1.104.897</u>	<u>1.107.373</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.406.867</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.466.283</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Receita líquida de vendas e serviços	23	84.314	71.046	126.097
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	<u>(58.456)</u>	<u>(52.530)</u>	<u>(75.942)</u>
Lucro bruto		<u>25.858</u>	<u>18.516</u>	<u>50.155</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	24	(28.101)	(28.598)	(43.510)
Provisão para perdas de crédito esperadas	32	(3.664)	(572)	(4.439)
Resultado de participações em investimentos	9	5.060	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>122</u>	<u>289</u>	<u>287</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		<u>(725)</u>	<u>(10.365)</u>	<u>2.493</u>
Receitas financeiras	25	2.012	3.199	4.741
Despesas financeiras	25	<u>(4.567)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(8.069)</u>
Resultado financeiro líquido		(2.555)	(3.485)	(3.329)
Prejuízo antes dos impostos		(3.280)	(13.850)	(836)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	-	-	(2.681)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	<u>2.260</u>	<u>4.650</u>	<u>2.496</u>
Prejuízo do período		<u><u>(1.020)</u></u>	<u><u>(9.200)</u></u>	<u><u>(1.020)</u></u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	28	(0,01)	(0,06)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>
Prejuízo do período	(1.020)	(9.200)	(1.020)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(1.020)</u>	<u>(9.200)</u>	<u>(1.020)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>			<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Consolidado/ Controladora</u>
	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prêmio de opções de ações</u>	<u>Custo com emissão de ações</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Ações em tesouraria</u>			
Em 31 de dezembro de 2018	<u>688.319</u>	<u>52.162</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>-</u>	<u>750.309</u>
Prêmio de opções de ações	-	335	-	-	-	-	-	-	335
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)
Em 31 de março de 2019	<u>688.319</u>	<u>52.498</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>(9.200)</u>	<u>741.445</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.089.379</u>	<u>56.357</u>	<u>(18.448)</u>	<u>10.295</u>	<u>-</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(9.923)</u>	<u>-</u>	<u>1.107.373</u>
Prêmio de opções de ações	-	(1.996)	-	-	-	5.231	-	(4.691)	(1.456)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(1.020)	(1.020)
Em 31 de março de 2020	<u>1.089.379</u>	<u>54.361</u>	<u>(18.448)</u>	<u>10.295</u>	<u>-</u>	<u>(15.056)</u>	<u>(9.923)</u>	<u>(5.711)</u>	<u>1.104.897</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período	(1.020)	(9.200)	(1.020)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	31.433	32.169	40.143
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.260)	(4.650)	(2.496)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.459)	927	(739)
Provisão para despesa com opções de ações	763	335	763
Benefícios Pós-Emprego	262	303	262
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	1.083	1.507	1.105
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	3.429	6.017	4.252
Provisão para perdas esperadas de crédito	3.664	572	4.439
Provisão para estoques de giro lento	18	592	160
Provisão para participação nos resultados	1.634	1.435	2.291
Resultado de participações em investimentos	(5.060)	-	-
Outras provisões (reversões)	1.220	(655)	3.921
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:			
Contas a receber	(5.034)	(4.390)	(5.169)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(104)	-	(221)
Estoques	(2.757)	(2.531)	(2.708)
Tributos a recuperar	234	278	247
IRPJ e CSLL a compensar	1.875	(12)	1.544
Depósitos judiciais	89	5.699	89
Outros ativos	(393)	132	(396)
Fornecedores	(129)	3.201	(1.519)
Salários e encargos sociais	(8.271)	(966)	(9.178)
Tributos a pagar	5.245	(469)	7.118
Outros passivos	(122)	479	(187)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.626)
Processos judiciais liquidados	(1.853)	(6.150)	(1.859)
Juros pagos	(43)	(96)	(766)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>22.444</u>	<u>24.527</u>	<u>38.450</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível	<u>(2.483)</u>	<u>(1.053)</u>	<u>(2.599)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(2.483)</u>	<u>(1.053)</u>	<u>(2.599)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos e debêntures	98.374	-	98.374
Depósitos bancários vinculados	-	(2.130)	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(686)	(790)	(5.858)
Arrendamentos pagos	<u>(3.867)</u>	<u>(3.773)</u>	<u>(5.315)</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>93.821</u>	<u>(6.693)</u>	<u>87.201</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>113.782</u>	<u>16.781</u>	<u>123.052</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>187.438</u>	<u>77.416</u>	<u>247.962</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>113.782</u>	<u>16.781</u>	<u>123.052</u>

Até 31 de março de 2020, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 5.836 e que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Receitas:			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	97.832	83.059	150.049
Cancelamentos e descontos	(4.787)	(4.442)	(9.653)
Outras receitas	146	346	300
Provisão para perda de créditos esperadas	(3.664)	(572)	(4.439)
	<u>89.527</u>	<u>78.391</u>	<u>136.257</u>
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.104)	(2.712)	(612)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.593)	(19.543)	(34.363)
Baixa de ativos	(1.083)	(1.507)	(1.159)
Valor adicionado bruto	<u>64.746</u>	<u>54.629</u>	<u>100.123</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(31.433)	(32.169)	(40.143)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>33.314</u>	<u>22.460</u>	<u>59.981</u>
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	2.012	3.199	4.741
Resultado de participação investimentos	5.060	-	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>40.386</u>	<u>25.659</u>	<u>64.722</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal e encargos	22.608	21.259	31.366
Remuneração direta	17.001	16.752	23.167
Benefícios	3.899	3.505	6.064
FGTS	1.708	1.002	2.135
Impostos, taxas e contribuições	9.056	6.733	18.808
Federais	8.532	5.884	17.583
Estaduais	328	511	943
Municipais	196	338	282
Remuneração sobre o capital de terceiros	9.741	6.867	15.567
Juros e variações cambiais	4.469	6.532	7.881
Aluguéis	5.272	335	7.686
Remuneração de capitais próprios	(1.020)	(9.200)	(1.020)
Prejuízo do período	<u>(1.020)</u>	<u>(9.200)</u>	<u>(1.020)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>40.386</u>	<u>25.659</u>	<u>64.722</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 26.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas nessas informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

1.1 Incorporação da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

A incorporação da Solaris Participações foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de maio de 2019. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da Solaris Equipamentos foi avaliado pelo seu valor justo em 30 de abril de 2019 com base preliminarmente no laudo econômico financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A combinação de negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para

atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

A partir de 10 de maio de 2019, a Companhia passou a deter o controle direto da Solaris Equipamentos e a titularidade de todas as ações.

1.2 Impactos Covid-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal reconheceu estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia causada pelo COVID-19. O vírus, que infelizmente já havia vitimado e ainda vitima milhares de pessoas no Mundo, também causou impactos nas economias internacionais e brasileira, interrompendo uma tendência de crescimento das mesmas e, provavelmente, levando a recessões em 2020, segundo opiniões de economistas e analistas de mercado.

Em resposta à crise, a Mills instalou um Comitê Interno de perfil multidisciplinar exclusivamente para tratar das várias faces do tema, aumentou a frequência das reuniões da Administração e implementou diversas ações, tais como o aumento da modalidade de home office, a suspensão de viagens, de eventos com aglomerações e a intensificação dos procedimentos de limpeza, entre outras, não só visando garantir a continuidade das operações aos seus clientes, notadamente aqueles inseridos nas chamadas atividades essenciais, mas principalmente visando zelar pela saúde e segurança dos seus colaboradores e da sociedade em geral.

Ressalta-se, por oportuno, que os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do final do mês de março, com a redução das atividades de locação de equipamentos, e podem ser vistos em mais detalhes na nota explicativa 29, juntamente com ações adotadas para combatê-los.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, estão sendo apresentadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2019, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2019), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2020 são as de “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, pelas notas explicativas 3, 4 e 26, respectivamente.

2.2 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, divulgadas nas notas explicativas n.ºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 18 de março de 2020 e no dia 27 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		31/03/2020	31/12/2019
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	100%	100%

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas considerando os montantes da Controladora e os montantes levantados a partir da data de aquisição e incorporação da Solaris Participações, maio de 2019, conforme nota explicativa 1.1.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	881	18	1.339	113
Aplicações financeiras	186.557	73.638	246.623	124.797
	<u>187.438</u>	<u>73.656</u>	<u>247.962</u>	<u>124.910</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2020, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 94,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (94,80%, em 31 de dezembro de 2019).

4 Contas a receber de terceiros

Unidade de negócio	Controladora						Consolidado					
	31/03/2020			31/12/2019			31/03/2020			31/12/2019		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	82.978	(64.345)	18.633	88.304	(66.841)	21.463	82.978	(64.345)	18.633	88.304	(66.841)	21.463
Rental	93.285	(44.017)	49.268	89.088	(42.546)	46.542	168.492	(69.581)	98.911	163.823	(68.483)	95.340
	176.263	(108.362)	67.901	177.393	(109.387)	68.005	251.470	(133.926)	117.544	252.127	(135.323)	116.803
Circulante	86.907	(19.006)	67.901	86.948	(18.942)	68.005	142.779	(25.235)	117.544	141.903	(25.100)	116.803
Não circulante	89.356	(89.356)	-	90.445	(90.445)	-	108.691	(108.691)	-	110.223	(110.223)	-

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(109.387)	(124.389)	(135.323)	(124.389)
Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019	-	-	-	(24.685)
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(3.664)	(8.799)	(4.439)	(11.474)
Baixas	<u>4.689</u>	<u>23.801</u>	<u>5.837</u>	<u>25.225</u>

Saldo final (108.362) (109.387) (133.925) (135.323)

- 1) No período findo em 31 de março de 2020, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 4.934 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 11.145) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 1.270 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.401), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 3.644 (em 31 de dezembro de 2019 resultado líquido negativo de R\$ 8.799).

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	55.793	57.680	88.833	96.798
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.267	1.709	1.267	1.709
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	12.281	13.360	24.348	20.714
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	5.277	4.086	9.661	7.860
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	4.647	3.285	7.173	4.722
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	7.642	6.828	11.498	10.114
Vencidos acima de 360 dias (*)	89.356	90.445	108.690	110.210
	<u>176.263</u>	<u>177.393</u>	<u>251.470</u>	<u>252.127</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	1.569	2.252	1.210	2.268
Peças de reposição e suprimentos	27.810	23.631	48.466	44.701
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(3.894)</u>	<u>(3.877)</u>	<u>(10.791)</u>	<u>(10.632)</u>
	<u>25.485</u>	<u>22.006</u>	<u>38.885</u>	<u>36.337</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	501	2.376	7.449	7.367
PIS e COFINS a recuperar (**)	2.413	2.522	4.916	4.981
ICMS a recuperar (***)	221	320	892	988
Outros	337	363	588	674
	3.472	5.581	13.845	14.010

- (*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais durante o exercício de 2021.
- (**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.
- (***)(**) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

7 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativos mantidos para venda	7.028	7.028
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.804)	(2.804)
	4.224	4.224

- (*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.
- 1) A provisão por perda por desvalorização de ativo, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

8 Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de março de 2020, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2019.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2019, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpertuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração entende que não há indicadores de alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 31 de março de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, o qual é de R\$ 50.579.

9 Investimentos

a. Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Conforme divulgado na nota explicativa 1.1 a Solaris Participações era controladora da Solaris Equipamentos. Em 10 de maio de 2019, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da Solaris Participações, e, como resultado desta Combinação de Negócios, a Companhia passou a deter o controle de 100% da Solaris Equipamentos.

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

Informações da controlada	Solaris Equipamentos	
	31/03/2020	31/12/2019
Participação - %	100%	100%
Ativo circulante	141.589	130.470
Ativo não circulante	199.013	223.279
Passivo circulante	56.187	52.728
Passivo não circulante	10.262	14713
Patrimônio líquido	274.153	286.307

Informações da controlada	Solaris Equipamentos	
	31/03/2020 (*)	
Participação - %	100%	
Receitas	48.639	
Custos e despesas	(42.042)	
Lucro antes dos impostos	6.597	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.445)	
Lucro líquido do período	4.152	

(*) Em 31 de março de 2019, a Companhia não detinha o controle direto da Controlada.

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo início do período (30/04/2019)	273.137
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	88.011
Redução de investimento (i)	(3.309)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (i)	(7.046)
Resultado do período	16.479
Saldo final do período (31/12/2019)	406.529
Redução de investimento (b)	(16.306)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (i)	908
Resultado do período	4.152
Saldo final do período (31/03/2020)	395.284

(i) Saldos referentes a realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

b. Redução de capital em controlada

Após a aquisição da Solaris, como parte da estratégia para captura de sinergias, a Administração passou a realizar reduções de capital (vide nota explicativa 10) por meio de cessão de equipamentos de locação, estoques, móveis/utensílios e benfeitorias nas filiais onde a Companhia e sua controlada possuíam a mesma atuação geográfica.

		Equipamentos de locação	Estoque	Móveis/utensílios e benfeitorias	Total
Filial	Data				
São Luis	15-out-19	3.061	236	12	3.309
Serra	30-jan-20	2.137	129	81	2.347
Maracanaú	11-mar-20	5.125	308	10	5.443
Uberlândia	24-mar-20	8.178	304	34	8.516
Total		<u>18.501</u>	<u>977</u>	<u>137</u>	<u>19.615</u>

10 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Aquisição	229	3.356	3.585	213	-	182	154	-	283	-	-	867	1.699	5.284
Adição por redução de capital em controlada	13.214	-	13.214	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12	13.226
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.107	4.074	-	64.181	64.181
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(61.774)	-	(61.774)	(765)	-	(231)	-	-	(45)	-	-	-	(1.041)	(62.815)
Ajuste para crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS e COFINS	(21)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	88	(3.073)	(2.985)	936	-	2	-	38	(89)	-	-	(974)	(87)	3.072
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399
Aquisição	104	-	104	116	-	281	368	63	182	974	29	235	2.248	2.352
Adição por redução de capital em controlada	48.517	-	48.517	281	-	16	-	38	8	-	-	-	343	48.860
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(8.764)	-	(8.764)	(225)	-	(448)	-	-	(3)	(199)	-	-	(875)	(9.639)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(10)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Transferência	283	(283)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	1.073.145	-	1.073.145	19.802	22.959	14.605	1.765	10.047	11.351	60.882	4.103	303	145.817	1.218.962

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Informações trimestrais individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(106.290)	-	(106.290)	(1.875)	(617)	(323)	(98)	(871)	(807)	(10.857)	(2.243)	-	(17.691)	(123.981)
Adição por redução de capital em controlada	(10.153)	-	(10.153)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)	(10.154)
Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda	46.746	-	46.746	637	-	231	-	-	33	-	-	-	900	47.646
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(47)	-	(47)	-	-	-	-	-	47	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Depreciação	(26.260)	-	(26.260)	(493)	(154)	(36)	(41)	(220)	(197)	(2.656)	(590)	-	(4.387)	(30.647)
Adição por redução de capital em controlada	(33.077)	-	(33.077)	(213)	-	(3)	-	(2)	-	-	-	-	(218)	(33.295)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	7.756	-	7.756	155	-	448	-	-	2	199	-	-	804	8.560
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(50)	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(72)	(72)
Saldos em 31 de março de 2020	(775.070)	-	(775.070)	(9.891)	(4.773)	(14.120)	(1.075)	(5.673)	(8.313)	(13.314)	(2.833)	-	(59.992)	(835.062)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2019	309.526	283	309.809	10.340	18.340	227	363	4.517	3.046	49.250	1.831	68	87.982	397.791
Saldo em 31 de março de 2020	298.075	-	298.075	9.911	18.186	485	690	4.374	3.038	47.568	1.270	303	85.825	383.900

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
 Informações trimestrais individuais e
 consolidadas em 31 de março de 2020

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Adição por aquisição de controlada	428.030	5.957	433.987	7.083	-	2.302	896	569	2.954	6.320	2.562	-	22.686	456.673
Mais-valia do ativo imobilizado	39.091	-	39.091	-	-	-	166	-	-	-	-	-	166	39.257
Aquisição	1.350	4.843	6.193	213	-	413	154	33	351	-	-	867	2.030	8.223
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.626	4.987	-	66.613	66.613
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(70.301)	-	(70.301)	(932)	-	(271)	-	-	(68)	-	-	-	(1.271)	(71.572)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(507)	-	(507)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	1.199	(4.196)	(2.997)	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	(3.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232
Aquisição	162	60	222	145	-	281	368	63	262	974	29	235	2.357	2.579
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(10.140)	-	(10.140)	(577)	-	(482)	-	(38)	(83)	(289)	-	-	(1.469)	(11.609)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(180)	-	(180)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180)
Transferência	1.959	(1.959)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	1.471.942	4.705	1.476.647	26.114	22.959	17.046	2.827	10.573	14.342	68.631	7.578	303	170.373	1.647.022

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Informações trimestrais individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Depreciação acumulada														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	-	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	-	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	54.073	-	54.073	761	-	231	-	-	41	-	-	-	1.033	65.259
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(48)	-	(48)	-	-	2	-	-	46	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado	908	-	908	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	908
Depreciação	(34.586)	-	(34.586)	(689)	(154)	(119)	(43)	(229)	(245)	(3.558)	(1.024)	-	(6.061)	(40.647)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	9.109	-	9.109	418	-	461	-	2	51	327	-	-	1.259	10.368
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(50)	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(72)	(72)
Saldos em 31 de março de 2020	(1.032.605)	-	(1.032.605)	(14.527)	(4.773)	(15.758)	(1.960)	(6.043)	(10.513)	(18.308)	(4.615)	-	(76.497)	(1.109.102)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472.106	6.605	478.711	12.340	18.340	1.147	542	4.754	3.845	52.867	3.958	68	97.863	576.575
Saldo em 31 de março de 2020	439.337	4.705	444.042	11.587	18.186	1.288	867	4.530	3.829	50.323	2.963	303	93.876	537.918

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de março de 2020 por grupamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	104	104
Plataformas e manipuladores	229	337
Máquinas e equipamentos	-	8
Veículos	368	368
Obras em andamentos	236	236
Instalações	98	98
Móveis e utensílios	190	271
Benfeitorias em propriedade de terceiros	185	215
Computadores e periféricos	293	293
	1.703	1.930

A depreciação no período alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas monta em 31 de março de 2020 a R\$ 33.674 e R\$ 40.142 (31 de dezembro de 2019 R\$ R\$ 127.443 e R\$ 34.802), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a. Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de março de 2020.

b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para a Unidade de Negócio Rental (UGC) ao longo de 2019, com base no CPC 01. Em função disso, não efetuou testes e nem aplicou ajustes de *impairment* por entender que não há ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessa Unidade de Negócio a serem constituídos. Para a Unidade de Negócio Construção, a Administração identificou indicadores de perda e efetuou o teste de *impairment* para 31 de dezembro de 2019. O valor recuperável desse conjunto de ativos de Construção foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação do IGPM. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IPCA. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 12,5% para o período 2020 e 2021 e 11,8% para os demais anos,

inclusive na perpetuidade. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade.

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante os primeiros três meses de 2020.

11 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	183	13.376	69.936
Aquisição	922	-	2.294	-	3.216
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Aquisição	868	-	369	-	1.237
Reclassificação	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	55.011	3.156	2.514	13.376	74.056
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Amortização	(4.260)	-	-	-	(4.260)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(35.528)	(878)	-	(4.232)	(40.639)
Amortização	(1.057)	-	-	-	(1.057)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(108)	-	-	-	(108)
Saldos em 31 de março de 2020	(36.693)	(878)	-	(4.232)	(41.803)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.615	2.278	2.145	9.144	32.181
Saldos em 31 de março de 2020	18.317	2.278	2.514	9.144	32.253

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Adição por aquisição de controlada	1.741	8	-	-	1.749
Ágio por aquisição de controlada	-	-	-	88.011	88.011
Aquisição	1.016	-	2.294	-	3.310
Reclassificação	-	-	(334)	-	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Aquisição	874	-	369	-	1.243
Saldos em 31 de março de 2020	56.851	3.164	2.514	101.387	163.916
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Adição por aquisição de controlada	(1.116)	-	-	-	(1.116)
Amortização	(4.415)	-	-	-	(4.415)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(1.106)	-	-	-	(1.106)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(108)	-	-	-	(108)
Saldos em 31 de março de 2020	(38.014)	(878)	-	(4.232)	(43.124)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.177	2.286	2.145	97.155	120.763
Saldos em 31 de março de 2020	18.837	2.286	2.514	97.155	120.792

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 10 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos.

Sendo este ágio decorrente de uma transação recente de mercado, o que melhor representa o valor recuperável desse ativo, a Administração não identificou nenhum fato ou evento que

justificasse uma provisão para redução ao valor recuperável do ágio durante o período de aquisição, 10 de maio de 2019, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e também para o período findo em 31 de março de 2020.

12 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais – Terceiros	15.468	15.885	22.512	23.329
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	657	504	3.999	3.341
	16.125	16.389	26.511	26.670

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% a.a. e CDI acrescidos de 3,10% a 3,63% a.a. com amortizações em bases mensais até outubro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	1.668	1.940	6.941	6.543
Não circulante	189	605	2.362	3.671
Total - Empréstimos e financiamentos	1.857	2.545	9.303	10.214

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020 são:

Empresa	Instituições financeiras
Mills	Banco do Brasil
Mills	Itaú BBA
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Garantias concedidas:				
Alienação fiduciária (*)	15.072	26.993	253.086	78.506

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME, *leasing* e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 31 de março de 2020 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2020	1.252	4.473
2021	605	4.830
	1.857	9.303

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

1. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
2. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.
3. “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (iii) e (iv), já estão apresentadas na nota explicativa 19.

Em 31 de março de 2020, a Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

14 Debêntures

Descrição	Série	Valor		Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		emitido	Início		Vencimento	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020
1ª emissão – Solaris (i) Única	80.000	mar/14	fev/21	100% do CDI + 4%	-	-	21.635	24.976
2ª emissão - Mills (ii) 2ª série	109.060	ago/12	ago/20	IPCA + 7,00 a.a.	57.991	56.428	57.991	56.428
Custo de emissão					(38)	(61)	(38)	(61)
					<u>57.953</u>	<u>56.367</u>	<u>57.953</u>	<u>56.367</u>
4ª emissão - Mills (iii) Única	100.000	Mar/20	Mar/25	CDI + 2,35%	100.366	-	100.366	-
Custo de emissão					(1.626)	-	(1.626)	-
					<u>98.740</u>	<u>-</u>	<u>98.740</u>	<u>-</u>
Total controladora					156.693	56.367	-	-
Total consolidado					-	-	178.328	81.343
Circulante					63.870	56.367	85.505	77.417
Não circulante					92.823	-	92.823	3.926

i. 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 3 de junho de 2017, foi aprovado pelos Debenturistas o primeiro aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento inicial das debêntures, de 20 de março de 2019 para 20 de março de 2020.

- (b) Alteração da data de amortização das debêntures e os percentuais de amortização, de forma a conceder um prazo de carência de nove meses no pagamento do saldo, ou seja, as parcelas de amortização do principal de 20 de junho de 2017 a 20 de janeiro de 2018, passam a ser devidas a partir de 20 de fevereiro de 2018.
- (c) Alteração do spread de 2,40% para 4,50%, a partir de 20 de junho de 2017.
- (d) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.

Em 14 de março de 2018, foi aprovado pelos Debenturistas o segundo aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento das debêntures, que passará de 20 de março de 2020 para 20 de fevereiro de 2021.
- (b) Alteração da amortização do valor nominal unitário das debêntures, que começou a ser amortizado em 20 de março de 2015, e terá um total de 63 parcelas mensais, com último vencimento em 20 de fevereiro de 2021.
- (c) “Waiver” dos debenturistas referente a antecipação do vencimento das debêntures no exercício de 2017, pelo fato da Companhia ter apresentado índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA maior a 2,5.
- (d) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.
- (e) Alteração do spread de 4,50% para 4,00%, a partir de 21 de março de 2018 até a data de vencimento.
- (f) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.
- (g) Em 25 de março de 2019, foi concedida pelos Debenturistas anuência prévia para a realização de operações societárias, por meio das quais a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da Mills conforme divulgado em fato relevante de 21 de dezembro de 2018.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- (a) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- (b) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020 (inclusive), até a data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Controlada totalizou R\$ 18.609 (R\$28.089 em 31 de dezembro 2018), sendo o total de “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” de R\$ 72.485 (R\$32.376 em 31 de dezembro 2018), gerando um índice financeiro (dívida líquida / EBITDA) de 0,26 (0,87 31 de dezembro 2018).

Desta forma, para o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita. Esses *covenants* são mensurados a cada encerramento do exercício.

ii. 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

2ª serie - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3.
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2.

iii. 4ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo Ebitda (iv) deverá ser igual ou inferior a 2.
- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16.

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- (a) Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO, para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado;
- (b) Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- (c) Manutenção do EBITDA nos covenants para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- (d) Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- (e) Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- (f) Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Caso haja o atingimento dos covenants originais (EBITDA) por dois trimestres consecutivos, ocorre a liberação da conta vinculada. Esses indicadores passam a ser os aferidos a partir desta data. Havendo descumprimento dos mesmos, a conta vinculada é restabelecida com a substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional – FCO (iii), para o cálculo de covenants.

As principais deliberações das Assembleias de Debenturistas de 22 de fevereiro de 2019, foram:

- (a) Anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018
- (b) Permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000;

- (c) Alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures;
- (d) De outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site www.mills.com.br/ri e no site da CVM.
 - (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
 - (ii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
 - (iii) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
 - (iv) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de março de 2020, todos os *covenants originais* estão sendo cumpridos.

Em 31 de março de 2020, os saldos das debêntures brutas dos custos de transação são de R\$ 85.875 no passivo circulante e de R\$ 94.117 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 85.505 e R\$ 92.823 (em 31 de dezembro de 2019, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 72.060 no passivo circulante e de R\$ 9.814 no passivo não circulante, e R\$ 71.976 e R\$ 9.814 líquidos dos custos de transação).

15 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

a. Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal

avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária. Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação estão demonstradas a seguir: partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a ser reconhecidos no passivo, tal como os *leasings* financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial da norma contábil, a Companhia e sua Controlada reconheceram R\$ 66.669 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

c. Movimentação do direito de uso – Ativo

Direito de uso	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Veículos				
Saldo inicial	1.831	-	3.959	-
Adoção inicial	-	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	-	43	-	(1.158)
Adições/atualizações de contratos	151	500	151	2.613
Baixas	(122)	(118)	(122)	(123)
Depreciação acumulada	(590)	(2.242)	(1.025)	(3.583)
Imobilizado líquido	1.270	1.831	2.963	3.959
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	49.249	54.137	52.867	60.458
Remensuração (*)	-	5.539	-	7.358
Adições/ atualizações de contratos	1.167	2.214	1.207	2.521
Baixas	(194)	(1.783)	(195)	(2.391)
Depreciação acumulada	(2.656)	(10.858)	(3.557)	(15.079)
Imobilizado líquido	47.568	49.249	50.323	52.867

d. Movimentação do arrendamento – Passivo

Passivo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Veículos				
Saldo em 1º de janeiro	1.890	3.649	3.746	6.211
Remensuração (*)	-	43	-	(1.158)
Atualização de contratos	151	500	151	1.914
Baixas	(122)	(118)	(122)	(118)
Pagamentos	(567)	(2.396)	(1.032)	(3.946)
Encargos financeiros	(33)	212	(63)	842
Arrendamentos a pagar - Veículos	1.319	1.890	2.680	3.745

Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	51.286	54.137	54.908	60.458
Remensuração (*)	-	5.539	-	7.358
Atualização de contratos	1.167	2.214	1.207	2.521
Baixas	(192)	(1.770)	(325)	(2.391)
Pagamentos	(3.434)	(13.958)	(4.413)	(18.512)
Encargos financeiros	1.174	5.123	1.475	5.474
Arrendamentos a pagar – Imóveis	50.001	51.286	52.852	54.908
Total arrendamentos a pagar	51.319	53.176	55.532	58.653
Circulante	11.750	12.053	13.600	15.171
Não circulante	39.569	41.123	41.930	43.484

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

e. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Imóveis	Taxa a.a. Veículos
2020	7,90%	7,94%
2021	8,02%	8,05%
2022	8,62%	-
2023	9,04%	-
2024	9,42%	-
2025	9,63%	-
2026	9,81%	-
2029	10,07%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de março de 2020:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2020	3,04%	10.104	1.173	12.084	2.526
2021	3,44%	12.485	187	13.501	599
2022	4,08%	11.573	-	11.655	-
2023	4,23%	8.436	-	8.436	-
2024	4,43%	7.352	-	7.352	-
2025 a 2027	4,56%	12.961	-	12.961	-
2028 a 2029	4,69%	3.024	-	3.024	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		65.535	1.360	69.013	3.125
Encargos financeiros embutidos		(15.935)	(41)	(16.163)	(445)
Fluxo real total dos pagamentos futuros		50.001	1.319	52.850	2.680

Circulante	10.538	1.212	11.390	2.210
Não Circulante	39.462	107	41.460	471

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	Alíquota	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	67.295	51.319	72.138	55.531
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.225	4.747	6.673	5.137

16 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Salários e encargos - Diretoria	3.873	1.710	4.234
Honorários do Conselho de Administração	1.044	642	1.044
Pagamentos com base em ações	6.068	-	6.068
	10.985	2.352	11.346

c. Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações *intercompany* estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

Empresa	Natureza	31/03/2020			
		Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Custo com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	2.925	4.108	1.938	4.917

17 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuárias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2019 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1). Para o período findo em 31 de março de 2020 não identificamos mudanças relevantes nas premissas que fosse necessário refazer os cálculos atuariais.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/03/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	12.908	12.646

(*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

b. Plano de opção de compra de ações e ações restritas

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	<u>Opções em milhares</u>			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(102)	158
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(220)	(831)	649

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

(i) A criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações;

- (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento;
- (iii) A definição dos prazos e condições de exercício das opções; e
- (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 23.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa Outorga		Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discrecionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discrecionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discrecionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discrecionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/03/2020	31/12/2019
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	513	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	158	158
Número de opções canceladas (milhares)	102	102
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.213	2.111
Número de opções a exercer (milhares)	649	649
Número de opções exercidas (milhares)	220	220
Número de opções canceladas (milhares)	831	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.599	52.497
Efeito no resultado	102	412

c. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em

médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	590	278	-
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 18 de junho de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da proposta de criação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, com conseqüente convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre sua aprovação.

Em 18 de julho de 2018, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação do Plano de incentivo com ações restritas, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

Em 18 de agosto de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a adoção do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de novembro de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2018, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 14 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2019, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	0,00	54,56%	0,00%	5,04%	36 meses
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses

	31/03/2020	31/12/2019
Plano 2018:		
Reserva de capital	-	2.759
Número de opções a exercer (milhares)	-	868
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Plano 2019:		
Reserva de capital	1.762	1.101
Número de opções a exercer (milhares)	858	858
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	1.762	3.860
Efeito no resultado	661	3.783

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, em 14/08/2019, a Companhia antecipou a liquidação do programa de ações restritas da Companhia, referente ao exercício de 2018, para janeiro de 2020.

O total de ações previstas referentes ao ILP de 2018 foi de 867.798 ações. Foram canceladas 54.371 ações, por perda dos direitos por parte de alguns beneficiários, remanescendo uma quantidade de 813.427 ações. Considerando o valor da ação na data da entrega aos beneficiários foi de R\$ 9,92 por ação, o montante base de cálculo para encargos previdenciários aplicáveis a esse tipo de benefício foi de R\$ 8.069. Desse total foi deduzida a quantidade de 223.692 equivalentes ao imposto de renda na fonte, tendo os beneficiários, recebido a quantidade líquida de 589.735 ações. Considerando o valor médio das ações em tesouraria, de R\$ 8,87 por ação, o resultado baixado da conta de ações em tesouraria foi de R\$ 5.231, por tratar-se de pagamento via instrumento patrimonial, sem efeito caixa para a Companhia. O montante de R\$ 4.691 foi reconhecido em prejuízos acumulados e também foi absorvido o montante de R\$ 2.759 da reserva de capital anteriormente constituída.

d. Programa de participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis.

Em 31 de março de 2020, o valor do passivo registrado é no montante de R\$ 7.621 na controladora e R\$ 11.131 no consolidado (R\$ 5.986 e R\$ 8.840, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição Social	(3.281)	(13.850)	(836)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.116	4.710	284
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(267)	(60)	(469)
Resultado de equivalência patrimonial	1.411	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	2.260	4.650	(185)
Alíquota efetiva	69%	34%	22%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020	31/03/2020
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)
Ajuste IRFS 9 - Caixa e equivalentes de caixa	(30)	-	-	(30)	(30)
Arrendamento financeiro	2.543	-	(1.100)	1.443	(11.384)
Atualização depósito judicial	(1.900)	(11)	-	(1.911)	(1.900)
Debêntures	(21)	(562)	16	(567)	(567)
Depreciação acelerada	(2.259)	-	189	(2.070)	(2.342)
Hedge sobre imobilizado	(288)	-	33	(255)	(255)
Variação cambial ativa	(516)	(138)	-	(654)	(654)
Ágio SGC III	-	-	-	-	3.532
Ajuste de valor justo - Rohr	3.612	-	-	3.612	3.612
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219
Arrendamento_IFRS 16	706	125	-	831	785
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48 IFRS 9	36	-	-	36	36
Benefício pós-emprego	771	89	-	860	860
Benefício pós-emprego (ajuste inicial)	3.529	-	-	3.529	3.529
Gratificações a pagar	875	65	-	940	940
Outros provisões	-	-	-	-	1.036
Perda por desvalorização do ativo	953	-	-	953	953
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	188.726	4.472	-	193.198	271.428
Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906	8.906
Provisão de estoques de giro lento	1.318	6	-	1.324	3.669
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.035	556	-	2.591	2.874
Provisão para perdas de créditos esperadas	7.736	-	(166)	7.570	9.071
Provisão para descontos e cancelamentos	693	363	(450)	606	606
Provisão para realização do crédito tributário	29	-	-	29	29
Provisões de custos e despesas	162	33	-	195	195
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.653	432	(754)	6.331	7.963
Stock options	11.292	-	(994)	10.298	10.298
Variação cambial passiva	579	56	-	635	635
	233.619	5.486	(3.226)	235.879	311.925

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de março de 2020 é de R\$ 2.874.

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens

Natureza	Fundamentos para realização
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

- 1) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia. Para a data-base de 31 de março de 2020 não tiveram mudanças relevantes quanto às expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior a dez anos.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora		Consolidado	
31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019

Tributários (i)	5.049	5.030	5.049	5.030
Cíveis (ii)	1.169	1.547	1.936	2.311
Trabalhistas (iii)	9.870	10.489	13.576	13.804
Honorários de êxito (iv)	2.534	2.503	2.534	2.503
	18.621	19.569	23.420	23.648

- 1) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- 2) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Algumas destas causas foram liquidadas por acordos em valor abaixo do contingenciado.
- 3) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- 4) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	19.569	25.142	23.648	25.142
Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019	-	-	-	4.795
Constituições	759	4.107	1.832	5.599
Atualizações monetárias	511	1.988	511	1.988
Reversões/baixas	(2.218)	(11.668)	(2.571)	(13.876)
Saldo final	18.621	19.569	23.420	23.648

A principal movimentação no exercício de 2019 está relacionada à decisão desfavorável à Companhia sobre uma contingência cível, conforme mencionado no item (“ii”) acima.

e. Composição dos depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Tributários (i)	8.825	8.733	8.865	8.771
Trabalhistas (ii)	3.301	3.448	3.442	3.591
Cíveis (iii)	-	-	101	101
	12.126	12.182	12.408	12.463

- (i) Em 31 de março de 2020, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.825. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.631, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da

locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.474. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.

- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a companhia é ré. A

Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Tributárias (i)	65.134	63.929	77.536	76.818
Cíveis (ii)	14.622	13.152	15.068	13.596
Trabalhista (iii)	11.188	11.332	12.168	12.480
	90.944	88.414	104.772	102.894

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Auto de Infração de ICMS, recebido pelo controlada Sullair, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200.000 acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta atuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para R\$ 4.000 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não para estoques e que não há incidência de ICMS na operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.
- (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

- (ii) **Cíveis**
A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.
- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a alguns processos de indenização por dano moral e material.
- (iii) **Trabalhistas**
A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20 Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL	-	-	2.919	278
IRRF*	5.985	943	5.995	955
PIS e COFINS*	5.965	5.564	7.097	7.168
PIS e COFINS diferido	-	-	315	588
INSS	164	-	199	31
ICMS	191	198	323	328
ISS	130	178	174	234
Outros	425	408	460	456
	12.860	7.290	17.482	10.038
Circulante	2.637	7.290	6.931	9.397
Não circulante (*)	10.223	-	10.551	641

- (*) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

21 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é representado pelo valor de R\$ 1.089.379 dividido em 251.866 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Acionistas				
Andres Cristian Nacht ¹	13.817	5,49%	13.817	5,49%
Snow Petrel S.L.	23.677	9,40%	23.677	9,40%

Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ⁴	23.044	9,15%	23.044	9,15%
Família Nacht (total)	60.538	24,04%	60.538	24,04%
SCG III Fundo de Investimento em Participações ⁷	51.556	20,47%	51.556	20,47%
Sullair Argentina S.A. ⁶	22.096	8,77%	22.096	8,77%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II ²	12.294	4,88%	12.294	4,88%
Fama Investimentos Ltda. ³	9.123	3,62%	9.123	3,62%
Outros	96.259	38,22%	96.259	38,22%
	<u>251.866</u>	<u>100,00 %</u>	<u>251.866</u>	<u>100,00 %</u>

1. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
2. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
3. Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
5. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
6. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o

capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 54.361, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 35.913 como reserva de capital em 31 de março de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 37.909).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em tesouraria em 31 de março de 2020 é de 1.688.687 no valor total de R\$ 15.056 (em 31 de dezembro de 2019 - 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287), composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777, a alienação de ações no montante de R\$ 47 e o pagamento do programa de incentivo de longo prazo – ILP 2018 no montante de R\$ 5.231 (vide nota explicativa 17.c)

22 Resultado por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(1.020)	(9.200)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,01)	(0,06)

(*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(1.020)	(9.200)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,01)	(0,06)

(*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

23 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Locação	89.602	68.756	129.006
Vendas de novos	2.117	4.627	5.353
Venda de seminovos	1.940	1.222	3.723
Venda de seminovos (outros)	425	1.719	426
Assistência técnica	1.004	2.616	8.784
Indenizações	956	2.720	968
Outros (i)	1.788	1.399	1.789
	<u>97.832</u>	<u>83.059</u>	<u>150.049</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(8.731)	(7.571)	(14.299)
Cancelamentos e descontos	(4.787)	(4.442)	(9.653)
	<u>84.314</u>	<u>71.046</u>	<u>126.097</u>

- (i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

24 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do *backoffice* administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de *stock options*, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

Natureza	31/03/2020			31/03/2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(11.167)	(12.074)	(23.241)	(10.806)	(11.015)	(21.821)
Terceiros	(465)	(6.882)	(7.347)	(481)	(4.253)	(4.734)
Frete	(2.725)	(207)	(2.932)	(2.221)	(276)	(2.497)
Material construção/manutenção e reparo	(11.133)	(1.108)	(12.241)	(8.016)	(838)	(8.854)
Aluguel de equipamentos e outros	(3.906)	(1.366)	(5.272)	(155)	(180)	(335)
Viagem	(794)	(868)	(1.662)	(1.052)	(588)	(1.640)
Custo das mercadorias vendidas	(1.104)	-	(1.104)	(2.712)	-	(2.712)
Depreciação/Amortização	(25.709)	(5.724)	(31.433)	(26.301)	(5.868)	(32.169)
Baixa de ativos	(679)	165	(514)	(1.321)	-	(1.321)
Custo de venda com seminovos - outros	(438)	-	(438)	(170)	-	(170)
Plano de ações	-	(763)	(763)	-	(335)	(335)
Provisões	-	582	582	-	(927)	(927)
Participação nos resultados	-	(1.634)	(1.634)	-	(1.435)	(1.435)
Outros	(336)	1.778	1.442	705	(2.883)	(2.178)
Total	(58.456)	(28.101)	(86.557)	(52.530)	(28.598)	(81.128)

Consolidado

	31/03/2020		
Natureza	Custos diretos obras e locação	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Total
Pessoal	(16.368)	(16.609)	(32.977)
Terceiros	(547)	(8.982)	(9.529)
Frete	(3.383)	(1.318)	(4.701)
Material construção/manutenção e reparo	(16.775)	(1.600)	(18.375)
Aluguel de equipamentos e outros	136	(964)	(828)
Viagem	(1.065)	(1.287)	(2.352)
Custo das mercadorias vendidas	(2.619)	-	(2.619)
Depreciação/Amortização	(33.674)	(6.469)	(40.143)
Baixa de ativos	(700)	165	(535)
Custo de vendas como seminovos - outros	(438)	-	(438)
Plano de ações	-	(763)	(763)
Provisões	-	(132)	(132)
Participação nos resultados	-	(2.291)	(2.291)
Outros	(509)	(3.260)	(3.769)
	<u>(75.942)</u>	<u>(43.510)</u>	<u>(119.452)</u>
Total	<u>(75.942)</u>	<u>(43.510)</u>	<u>(119.452)</u>

25 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Receitas de juros	553	566	859
Receitas de aplicação financeira	966	2.276	1.479
Descontos obtidos	54	107	65
Varição cambial e monetária ativa	439	250	844
Outras	-	-	1.494
	<u>2.012</u>	<u>3.199</u>	<u>4.741</u>

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020
Juros - empréstimos	(535)	(176)	(665)
Variações cambiais e monetárias passivas	(711)	(311)	(2.861)
Juros - debêntures	(1.929)	(4.286)	(2.402)
Comissões e tarifas bancárias	(64)	(57)	(249)
IOF	(5)	(3)	(57)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(1.135)	(1.354)	(1.234)
Outras	(188)	(497)	(601)
	<u>(4.567)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(8.069)</u>

26 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a. Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b. Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

c. Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita líquida	16.093	17.548	68.221	53.513	-	(15)	84.314	71.046
(-) Custos	(8.339)	(8.184)	(24.408)	(18.045)	-	-	(32.747)	(26.229)
(-) Despesas	(7.051)	(9.361)	(15.055)	(13.790)	(271)	421	(22.377)	(22.730)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(577)	(453)	(3.087)	(119)	-	-	(3.664)	(572)
(-) Depreciação e amortização	(12.322)	(13.622)	(19.111)	(18.547)	-	-	(31.433)	(32.169)
(+) Outras receitas	100	156	21	133	-	-	121	289
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	5.060	-	-	-	5.060	-
(-) Reversão estimadas por valor não recuperável e valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(12.097)	(13.916)	11.641	3.145	(271)	406	(726)	(10.365)
Receita financeira	1.246	1.679	789	1.486	(23)	34	2.012	3.199
Despesa financeira	(2.189)	(3.453)	(2.321)	(3.400)	(57)	169	(4.567)	(6.684)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(13.039)	(15.690)	10.109	1.231	(351)	609	(3.281)	(13.850)
(-) IRPJ/CSLL	4.054	5.268	(1.903)	(414)	109	(204)	2.260	4.650
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(8.984)	(10.422)	8.206	817	(242)	405	(1.020)	(9.200)

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Informações trimestrais individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020*

	Construção	Rental	Outros(*)	Consolidado
	31/03/2020	31/03/2020	31/03/2020	31/03/2020
Receita líquida	16.093	110.004	-	126.097
(-) Custos	(8.339)	(33.927)	-	(42.266)
(-) Despesas	(7.051)	(29.731)	(271)	(37.053)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(577)	(3.862)	-	(4.439)
(-) Depreciação e amortização	(12.322)	(27.821)	-	(40.143)
(+) Outras receitas	100	197	-	297
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(12.097)	14.860	(271)	(2.493)
Receita financeira	1.246	3.518	(23)	4.741
Despesa financeira	(2.189)	(5.823)	(57)	(8.069)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(13.039)	12.555	(351)	(836)
(-) IRPJ/CSLL	4.054	(4.348)	109	(185)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(8.984)	8.207	(242)	(1.020)

d. Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado								
Custo de aquisição	452.558	458.877	766.404	718.522	-	-	1.218.962	1.177.399
(-) Depreciação acumulada	(314.515)	(308.260)	(520.547)	(471.348)	-	-	(835.062)	(779.608)
	138.043	150.617	245.857	247.174	-	-	383.900	397.791
Outros ativos	306.893	214.391	688.588	674.178	27.485	26.452	1.022.966	915.020
Ativo total	444.936	365.008	934.445	921.352	27.485	26.452	1.406.866	1.312.812
	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado								
Custo de aquisição	452.558	458.877	1.155.674	1.197.367	-	-	1.608.232	1.656.244
(-) Depreciação acumulada	(314.515)	(308.260)	(755.799)	(771.412)	-	-	(1.070.314)	(1.079.672)
	138.043	150.617	399.875	425.955	-	-	537.918	576.572
Outros ativos	306.893	214.391	593.992	600.029	27.485	26.452	928.369	840.871
Ativo total	444.936	365.008	993.867	1.025.984	27.485	26.452	1.466.287	1.417.443

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	1	187.438	73.656	247.962	124.910
Swap	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	1.258	43
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	50.579	50.579	50.579	50.579
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	67.901	68.005	117.544	116.816
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.925	1.451	-	-
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	1.857	2.545	9.303	10.215
Debêntures	Custo amortizado	-	156.693	56.367	178.328	81.343
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	16.125	16.389	26.511	26.683
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.108	2.893	-	-
Planos de opções de ações	Custo amortizado	-	57.120	56.357	57.120	56.357

27.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).

- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 50.579 (R\$ 50.579 em 31 de dezembro de 2019), conforme apresentado na nota explicativa 13. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

27.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b. Debêntures

Dívida	Indicador	Valor contábil Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	21.635	24.976
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	57.991	56.428
4ª emissão de debêntures	CDI	100.366	-
	Total	179.992	81.403

27.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	186.557	4.732	3.549	2.366
				Controladora	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDES	TJLP	1.857	107	130	154
2ª emissão de debêntures	IPCA				
2ª Série		57.953	6.169	6.696	7.224
4ª emissão de debêntures	CDI	98.740	3.011	3.764	4.516
	Total	158.550	9.287	10.590	11.894
				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	246.623	6.553	4.915	3.277
				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
1ª emissão de debêntures – Solaris					
Equipamentos	CDI	21.635	1.540	1.540	1.540
Capital de giro	CDI	7.446	461	461	461
BNDES	TJLP	1.857	107	130	154
2ª emissão de debêntures	IPCA				
2ª Série		57.953	6.169	6.696	7.224
4ª emissão de debêntures	CDI	98.740	3.011	3.764	4.516
	Total	187.631	11.288	12.591	13.895
				31/03/2020	
Referências			Provável I	Cenário II	Cenário III
Taxas				25%	50%
CDI ativo (%)			4,18%	3,14%	2,09%
CDI passivo (%)			3,00%	2,25%	1,50%
TJLP (%)			4,94%	6,18%	7,41%
IPCA (%)			3,40%	4,25%	5,10%

Fonte: Relatório Focus de 17 de abril de 2020.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

27.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de março de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	150	277	875	-	539	1.841
Debêntures	-	-	1.350	62.981	-	119.889	184.220
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.153	2.305	9.893	12.143	35.815	61.309
Arrendamentos a pagar - veículos	-	210	415	620	116	-	1.778
Contas a pagar a terceiros	1.682	10.464	3.874	105	-	-	16.125
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	4.108	-	-	4.108
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	-	-	60.423	-	-	60.423
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.047	2.078	7.012	21.518	30.563	62.218
Arrendamentos a pagar - veículos	-	196	392	1.049	141	-	1.778
Contas a pagar a terceiros	7.185	10.207	1.918	29	-	-	19.339
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	2.893	-	-	2.893
	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de março de 2020							
Capital de giro	-	112	1.778	2.466	-	3.876	8.232
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	842	2.975	78.890	-	3.949	86.656
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.397	2.779	11.156	13.159	35.897	64.388
Arrendamentos a pagar - veículos	-	338	676	2.328	523	-	3.865
Contas a pagar a terceiros	3.838	18.917	4.538	728	-	-	28.021
Em 31 de dezembro de 2019							
Capital de giro	-	112	1.778	2.466	-	3.876	8.232
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	842	2.975	78.890	-	3.949	86.656
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.344	2.625	8.842	22.498	30.563	65.872
Arrendamentos a pagar - veículos	-	338	676	2.328	523	-	3.865
Contas a pagar a terceiros	1.685	19.511	4.977	309	-	-	26.482

27.6 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Conta corrente Banco (i)	881	18	1.339	113
Aplicações Banco (i)	186.557	73.638	246.623	124.797
Depósitos bancários vinculados (i)	-	-	-	-
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	187.438	73.656	247.962	124.910

- 1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

27.7 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Dívida bancária total	158.550	58.911	187.631	91.557
Empréstimos e Financiamentos	1.857	2.545	9.303	10.215
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 14)	156.693	56.367	178.328	81.342
Caixa equivalente de caixa	187.438	73.656	247.962	124.910
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	-
Endividamento líquido	28.888	14.745	60.331	33.353
Patrimônio líquido	1.104.898	1.107.373	1.104.898	1.107.373
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,03	0,01	0,05	0,03

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>Controladora</u>	
	31/03/2020	31/12/2019
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	1.857	14.843
Não utilizadas	103.200	203.200
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	1.857	14.843
Não utilizadas	-	-

27.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

							<u>Consolidado</u>
							31/03/2020
	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	5.822	(4.564)	1.258

28 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Riscos operacionais	1.728.226	1.339.943	2.862.885	2.219.677
Danos patrimoniais	480.142	480.642	613.678	613.678
Responsabilidade civil	110.000	110.000	110.500	110.500

29 Eventos subsequentes

a. Impactos do Covid-19

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os efeitos do Coronavírus nos mercados de capitais internacionais e, em especial, no mercado brasileiro. Apesar de ainda não ser possível estimar com razoável segurança a extensão dos efeitos do Covid-19 no ambiente econômico, visando dar maior visibilidade sobre os impactos econômico-financeiros percebidos pela Companhia e sobre as ações adotadas para combatê-los, a Administração julga oportuno trazer algumas informações referentes ao mês de abril de 2020, como segue:

- Redução da receita de locação em aproximadamente 30% na Unidade de Negócios Rental, sem concentração de algum setor específico da economia, e aproximadamente 10% na Unidade de Negócios Construção, ambos em relação às suas médias mensais do 1T20;

- Mapeamento de novas oportunidades para buscar compensar, ainda que parcialmente, a redução da receita e melhorar o posicionamento da Companhia quando da retomada do crescimento;

- Manutenção das atividades comerciais e operacionais em mais de 95% das filiais espalhadas pelo Brasil, garantindo o atendimento aos chamados setores essenciais, os quais foram responsáveis por aproximadamente 45% da receita de locação da Rental no 1T20;

- Recebimentos no mês de abril de 2020 no montante aproximado de R\$ 45 milhões, equivalente à média mensal do 1T20;

- Reprogramação de faturas a receber de clientes no montante aproximado de R\$ 2 milhões, compensada pela reprogramação de contas a pagar a fornecedores, com foco no equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia;

- Implementação de gestão matricial de despesas, visando identificar oportunidades de contenção de gastos, tais como aluguéis, consultorias, viagens, peças, fretes e pessoal, sem com isso comprometer as operações da Companhia;

- Acompanhamento e adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal, destacando a postergação de tributos no montante aproximado de R\$ 5 milhões no mês de abril de 2020;

- Suspensão de investimentos para preservação de caixa, destacando a adequação e/ou renovação da frota de equipamentos da Rental e as integrações de filiais, sendo que neste último há uma limitação adicional pela restrição de deslocamentos;

- Reavaliação do perfil de dívida da Companhia, já resultando no alongamento do prazo de pagamento das debêntures Solaris por um ano, no montante total de R\$ 22 milhões;

- Saldo de caixa de R\$ 260 milhões, representando R\$ 70 milhões de caixa líquido (R\$ 60 milhões em 31/03/2020 e R\$ 33 milhões em 31/12/2019);

Considerando o exposto e os vários riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, a Administração efetuou diversos testes de stress de caixa e de covenants a partir de diferentes cenários econômicos para o ano de 2020 e seus possíveis impactos na Companhia, analisando também as estimativas contábeis e a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas

informações intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2020, não observando até o presente momento efeitos significativos que pudessem modificá-las.

A Administração permanece alerta, diligente e manterá o mercado atualizado sobre novas medidas relevantes que poderão ser implementadas em função da extensão ou agravamento da crise.

b. Postergação de prazo para pagamento das debêntures da Solaris Equipamentos

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado autorizar a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.”, de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20.02.2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%.